

Cidade

BARRETOS, TERÇA-FEIRA, 15 DE OUTUBRO DE 2024

★ ★ ★ ★



Padre Thiago Reis, que atua na paróquia do Bom Jesus, completou 10 anos como coordenador do evento religioso "Caminhando com Maria"

Prefeitura de Barretos cancela concurso público após decisão judicial

Candidatos devem receber de volta os valores pagos para inscrições

O concurso público da prefeitura de Barretos está oficialmente cancelado. A decisão foi comunicada por meio de nota à imprensa no início da tarde de segunda-feira (14), após liminar da 2ª Vara Cível determinar a suspensão do certame, atendendo pedido de ação popular.

"A Comissão do Concurso Público nº 01/2024 informa que, após ser notificada sobre a existência de uma Ação Popular e da decisão da 2ª Vara Cível da Comarca de Barretos, o concurso está oficialmente cancelado", informou.

DEVOLUÇÃO
Ainda segundo o município, os "valores pagos nas inscrições serão devolvidos na integralidade" pela empresa. "A Prefeitura de Barretos reforça seu compromisso com a transparência e a legalidade dos atos ad-

ministrativos e orienta que os candidatos acompanhem o site oficial da Prefeitura para mais informações. Todos os questionamentos relacionados ao presente Edital deverão ser encaminhados ao Serviço de Atendimento ao Candidato - SAC do AVANÇASP, por meio do Fale Conosco (e-mail), no endereço eletrônico www.avancasp.org.br ou pelos telefones (019) 3816-6835 e (011) 94593-8903, de segunda a sexta-feira, úteis, das 9 às 17 horas (horário de Brasília)", finaliza a nota divulgada à imprensa.

LIMINAR
Na noite de domingo (13), o juiz Luiz Fernando Silva Oliveira determinou a suspensão do concurso que seria realizado pela prefeitura para provimento de cargos efetivos. A liminar foi concedida em ação popular ajuizada por Sil-

via Regina Gonçalves contra o Município, a prefeita Paula de Oliveira Lemos e o Instituto Avanço São Paulo, que foi contratado sem licitação para a realização do certame.

O titular da 2ª Vara Cível de Barretos, em decisão com 17 páginas, avaliou conjuntamente a ação popular e também uma ação civil pública proposta pela Associação dos Procuradores do Município de Barretos, ao considerar que havia "identidade de causas de pedir para decretar a nulidade do concurso público".

O magistrado lembrou que a contratação do Instituto Avanço São Paulo ocorreu sem licitação, apontou incoerência na alegação do município quanto à "necessidade e urgência" da realização do concurso público, bem como da tese da existência de "significativo déficit de servi-

dores públicos em diversas áreas essenciais da administração".

O juiz Luiz Fernando argumentou que o concurso oferecia somente 67 vagas para provimento imediato, uma para cada cargo ofertado, além de outras 79 somente para cadastro de reserva. "Aqui, cabe uma indagação: se são 67 cargos vagos para provimento imediato, e apenas uma vaga para cada cargo, onde está a necessidade imperiosa? Onde está a urgência? Onde está o significativo déficit de servidores?", questionou em sua decisão.

O magistrado também considerou ilegal a cumulação de atribuições impostas à Comissão Coordenadora do Concurso para que também atuasse como gestora e fiscalizadora da execução do contrato firmado entre o município e o Instituto Avanço São Paulo.

A (im)previsibilidade das previsões!

Uma das poucas discussões que tive com o amigo e ex-prefeito Emanuel Carvalho foi sobre pesquisas eleitorais em 2016. Naquela eleição foi publicada em O Diário - pesquisa coordenada pela professora Maria Paula - que apresentava diferença de 20% entre o primeiro e a segunda colocada, contrariando o resultado das urnas ao final da apuração.

Nos últimos 20 anos, desde 2004, quando Emanuel foi eleito com 20.561 (33,86%), saltando do 4º para o 1º lugar, a professora Maria Paula, coordenadora das pesquisas para O Diário e eu nunca as desacreditei, fosse perdendo, fosse ganhando. Acertou quase todas, vejamos.

Em 2004, não se questionou as pesquisas que apontavam o crescimento exponencial de Emanuel sobre a candidata da situação. Em 2008, a própria Maria Paula temia a publicação de pesquisa que já dava a Emanuel mais de 70% de intenção de voto contra o Uebe Rezek. Aqui, também não houve questionamentos e os resultados se comprovaram na apuração, com 73,9% (47.032 votos) para Emanuel.

Em 2012, Guilherme já liderava um ano antes e Uebe Rezek já aparecia atrás, contudo, inelegível. O candidato da situação era Mussa Calil que não questionou as pesquisas e terminou em 3º lugar. Em 2016, ninguém percebeu que o WhatsApp já era um potencial vira voto na reta final e as fake news já influenciavam eleitores. E, ao final, a diferença entre Guilherme (47,09%) e a segunda colocada foi de 1516 votos, muito similar ao que ocorreu agora em 2024, con-

siderando que Guilherme estava com a força da Administração. Em 2020, as três pesquisas coordenadas por Maria Paula, registradas na Justiça Eleitoral e divulgadas em O Diário, além da pesquisa boca de urna, foram assertivas em apontar a vencedora, com o resultado confirmado pelas urnas.

Agora, em 2024, tanto as pesquisas registradas divulgadas assim como a pesquisa boca de urna, apontavam tendências similares e não foram confirmadas pela apuração das urnas. E é aqui que mora a questão.

Grupos políticos que comemoraram em 2004, 2008, 2012 e em 2020 criticam, agora, as pesquisas coordenadas pela mesma pessoa. Pesquisa é ciência e, no caso de pesquisas eleitorais, são extratos do momento e os eleitores podem ter externalidades que influenciam a decisão final. E tá tudo bem!

Atacar as pesquisas que desagradam - invés de tentar compreendê-las e aprimorá-las - é mistura de (des)inteligência seletiva com desinformação. Criticar por criticar o que antes agradava e ora desagradava, é exercício de conveniência e um fenômeno tão danoso como as fake news. Negar a importância da pesquisa por si só, enfraquece a democracia, já que as pesquisas eleitorais são indispensáveis ao processo eleitoral.

Em 2012, Guilherme já liderava um ano antes e Uebe Rezek já aparecia atrás, contudo, inelegível. O candidato da situação era Mussa Calil que não questionou as pesquisas e terminou em 3º lugar. Em 2016, ninguém percebeu que o WhatsApp já era um potencial vira voto na reta final e as fake news já influenciavam eleitores. E, ao final, a diferença entre Guilherme (47,09%) e a segunda colocada foi de 1516 votos, muito similar ao que ocorreu agora em 2024, con-



DANILO NUNES
pós-doutorando em Direito.
Advogado, professor e pesquisador

Decreto de situação de emergência devido a incêndios em Barretos

A prefeita Paula Lemos decretou situação de emergência devido aos incêndios que afetam o município de Barretos. A chefe do Executivo considera que a cidade e região enfrentam forte estiagem; ocorrência de focos de queimadas no município e nas áreas limítrofes de municípios vizinhos; prejuízos econômicos, ambientais e de saúde pública decorrentes das queimadas e a necessidade urgente de medidas preventivas e de resposta rápida para minimizar os impactos ambientais e socioeconômicos. O decreto informa ainda que os incêndios representam uma ameaça não apenas à segurança pública e à saúde da população, mas também à preservação de áreas naturais, propriedades rurais e recursos econômicos locais.

MEDIDAS

A situação de emergência está reconhecida em razão dos incêndios que afetam Barretos desde 1º de setembro em matas, áreas de propriedades rurais, plantações e pastagens. A Secretaria Municipal de Ordem Pública e Defesa Civil deverá adotar, no âmbito de suas competências, as medidas necessárias para prevenir e minimizar as ocorrências e os efeitos dos incêndios. Ficam autorizadas as autoridades administrativas e demais agentes públicos designados para as ações específicas, diretamente responsáveis pelas medidas de resposta a incêndios em caso de risco iminente. Os agentes poderão adentrar em propriedades particulares para prestar socorro ou determinar a pronta evacuação e utilizar propriedade particular, em caso de iminente perigo público, assegurando

ao proprietário indenização ulterior, se houver dano. A situação de emergência

irá vigorar pelo prazo de 180 dias podendo ser prorrogado por igual período.

VDQ Holdings S.A.

CNPJ/MF nº 08.803.085/0001-58 - NIRE 35.300.344.031 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária em 12 de outubro de 2024

VDQ Holdings S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Barretos, estado de São Paulo, na avenida 43, nº 395, sala 10, bairro Centro, CEP 14780-420 ("Companhia"), vem convocar os sócios da Companhia para reunirem-se em assembleia geral extraordinária, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 21 de outubro de 2024, às 14:30 horas, de forma semipresencial, podendo o voto ser exercido pelos acionistas presencialmente, na sede da Companhia, ou por meio do link do aplicativo de videoconferência a ser disponibilizado pela diretoria da Companhia, conforme previsão do parágrafo único, do artigo 121, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, para examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a realização da 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública, no valor de R\$ 705.000.000,00 (setecentos e cinco milhões de reais) ("Emissão" e "Notas Comerciais", respectivamente), a ser registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o n.º de registro automático de distribuição, nos termos do artigo 45 e seguintes da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021 ("Lei 14.195"), da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022 ("Resolução CVM 160") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); (ii) observada a condição suspensiva, a outorga de garantia de alienação fiduciária da (ii.a) integralidade das ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, de emissão da Minerva, representadas sobre o código "BEEF3" perante a B3, de titularidade da Companhia atualmente livres de quaisquer gravames e ônus, bem como todas as ações subscreitas e integralizadas pela Companhia no âmbito de eventual aumento de capital da Minerva, incluindo todos os respectivos e eventuais bônus de subscrição a serem atribuídos a cada uma das ações subscreitas pela Emitente no âmbito de eventual aumento de capital ("Ações Atuais Alienadas Fiduciariamente" e "Minerva", respectivamente); (ii.b) quaisquer bens em que as Ações Alienadas Fiduciariamente sejam convertidas ou passem a ser representadas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários); (ii.c) todas as ações que porventura, a partir da data de assinatura do "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças" ("Contrato de Garantia"), sejam atribuídas à Companhia, ou seu eventual sucessor legal, por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência relacionados às Ações Alienadas Fiduciariamente, distribuição de bonificações, capitalização de lucros ou reservas, direito de subscrição de novas ações representativas do capital da Minerva e quaisquer bônus de subscrição de titularidade da Companhia decorrentes das Ações Alienadas Fiduciariamente; e (ii.d) caso haja substituição das Ações Alienadas Fiduciariamente, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos, incluindo, mas não se limitando a bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, sejam elas detidas atualmente ou no futuro, que porventura, a partir da celebração do Contrato de Garantia, venham a substituir as Ações Alienadas Fiduciariamente, em razão de cancelamento de tais ações, incorporação (inclusive incorporação de ações), fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Minerva ("Alienação Fiduciária de Ações"); (iii) observada a condição suspensiva, cessão fiduciária de (iii.a) todos os proventos, direitos patrimoniais, frutos, rendimentos e vantagens que forem atribuídos às Ações Alienadas Fiduciariamente, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma a serem distribuídos pela Minerva à Companhia ("Direitos Creditórios das Ações"); (iii.b) todos e quaisquer fluxos de recursos recebidos pela Companhia, relacionados com qualquer operação realizada com as Ações Alienadas Fiduciariamente e/ou com os Bônus de Subscrição, tais como venda, cessão, transferência ou outra operação econômica envolvendo tais ativos, incluindo os recursos recebidos em decorrência da Venda Facultativa das Ações da Minerva (conforme definido no Contrato de Garantia) ("Direitos Creditórios de Venda das Ações"); (iii.c) todos os recursos recebidos pela Emitente em decorrência da Venda de Ativos Relevantes, os quais serão depositados na Conta Centralizadora ("Créditos - Venda de Ativos Relevantes", e em conjunto com os Direitos Creditórios das Ações e os Direitos Creditórios de Venda das Ações, "Direitos Cedidos Sob Condição Suspensiva"); (iii.d) todos os recursos decorrentes da integralização das Notas Comerciais depositados na Conta Centralizadora; (iii.e) todos os direitos creditórios detidos pela Companhia contra o banco depositário decorrentes da titularidade, pela Companhia, de conta vinculada centralizadora, não movimentável pela Companhia, conforme vier a ser estabelecida no Contrato de Garantia ("Conta Centralizadora" e "Créditos da Conta Centralizadora", respectivamente); (iii.f) todas as aplicações financeiras, presente ou futuras, realizadas com os recursos depositados na Conta Centralizadora ("Aplicações Financeiras" e, em conjunto, com os Direitos Cedidos Sob Condição Suspensiva, os Recursos da Integralização e Créditos da Conta Centralizadora, "Direitos Cedidos") ("Cessão Fiduciária" e, em conjunto com a Alienação Fiduciária de Ações, "Garantias Reais"); e (iv) autorizar a Diretoria da Companhia para discutir, negociar e celebrar todos os instrumentos contratuais relativos à Emissão e a outorga das Garantias Reais, inclusive seus eventuais aditamentos, de acordo com os parâmetros descritos acima, incluindo, mas não se limitando, à contratação de instituições financeiras e quaisquer outros prestadores de serviços relacionados à Emissão e à prática de todos e quaisquer atos necessários à efetivação da Emissão, bem como ratificar os atos já praticados pela Diretoria da Companhia, nesse sentido, conforme aplicável. Barretos/SP, 12 de outubro de 2022. **Rafael Vicentini de Queiroz** - Diretor. (12, 15 e 16/10/2024)

